

SERVIÇOS MODERNOS NA TRAMA DA REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ESPAÇOS DA AMÉRICA LATINA: O CASO DOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS DO TERRITÓRIO CEARENSE

Santos, Elizete de Oliveira ^{1(*)}; Silva, Francisco Antônio Carneiro da ¹; Lima, Luiz Cruz ¹

1 - Universidade Estadual do Ceará | () Brazil*

INTRODUÇÃO

Aos momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade, que marcam o movimento de evolução de um território, estamos chamando de *reestruturação socioespacial* (LIMA, 2006; LIMA *et al*, 2008). Parte-se do princípio de que cada novo sistema nasce nas/das entranhas do sistema anterior, o que impõe o imperativo metodológico da periodização.

Na fase atual, ao espaço geográfico agregaram-se feixes de inovações técnico-científicas, além de elevado grau de componentes informacionais, o que Santos (1996) passaria a conceituar como meio técnico-científico informacional, cuja expansão fez com que as instâncias produtivas ficassem dissociadas e/ou dispersadas geograficamente no espaço, ao mesmo tempo em que seu comando é único. Destarte, instala-se o conflito dialético entre, de um lado, o comando vertical (cada vez mais concentrado) que une os espaços do mandar aos espaços do fazer e, de outro, as relações horizontais dos espaços do fazer (cada vez mais dispersos).

Nesse contexto, o espaço geográfico é demarcado e arquitetado para adequar-se ao novo modelo de produção/consumo difundido pela modernização que marca o atual período, cujo fundamento encontra-se no nexo entre ordens informacionais, científicas e técnicas. Para a sincronia da funcionalidade do sistema, os objetos geográficos têm que se articular às necessidades dos fluxos, o que é atendido pelos *serviços modernos*, responsáveis pela circulação de idéias, pessoas e mercadorias (JIMÉNEZ e UTRILLA, 1992; LIMA e SANTOS, E., 2008; SANTOS, E. e LIMA, 2008).

O atual processo de globalização se dá, pois, mediante profundas transformações diferenciadas em cada subespaço do sistema mundial. Forjado nesse contexto, o espaço da América Latina se caracteriza como subespaço periférico em relação ao centro do sistema capitalista mundial, remetendo-nos ao pensamento miltoniano de que um país subdesenvolvido é uma formação socioeconômica dependente e, portanto, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Entende-se ainda que dentro de um espaço periférico, os subespaços diferenciados necessitam adequar-se às exigências do sistema hegemônico, tendo na tecnologia um destacado mecanismo de controle, utilizado seletivamente pelas empresas, que exercem a mediação desse domínio. Mattos (2006) analisando a modernização capitalista e a transformação metropolitana na América Latina, aponta cinco elementos constitutivos principais¹ dos processos de reestruturação urbana nesse espaço. Em seu texto, evidencia-se o destaque para a passagem de uma economia baseada na indústria para a estruturada em torno de um heterogêneo setor terciário, que se mostra extremamente segmentado e polarizado.

No amplo espectro dos espaços que se evidenciam como laboratórios dessa realidade, nossas reflexões buscam dar conta de um subespaço nacional – o Ceará. Nesse sentido, este artigo propõe-se a discutir o papel dos serviços modernos como signo da conectividade espacial e setorial na formação de redes nos subespaços dinâmicos do Ceará, a partir de 1990. Entende-se que os serviços modernos espacializam-se segundo a lógica de polarização territorial articulada à

totalidade do processo de modernização do espaço cearense, intensificado desde a década de 1990, sob os auspícios do discurso desenvolvimentista que norteou as ações estruturantes do Estado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em três momentos que fazem parte da construção metodológica. No primeiro momento, buscamos articular a totalidade às partes estruturadas da realidade em análise, oferecendo uma contribuição ao conceito de reestruturação socioespacial, aplicando-o à realidade de nosso objeto de estudo a fim de construir o nosso fundamento teórico-metodológico, resultante das leituras e reflexões realizadas no Laboratório de Estudos do Território e do Turismo – NETTUR; no segundo momento, discutimos a seletividade dos territórios em rede e a emergência dos serviços modernos como signo da conectividade espacial e setorial, apresentando notas teórico-metodológicas; e, finalmente, no terceiro momento, discutimos os avanços e limitações da pesquisa sobre os serviços modernos em evidência no Ceará, colocando o foco da nossa análise especificamente nos subespaços dinâmicos do Ceará, cuja conexão se dá pelos serviços modernos.

O CONCEITO DE REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL

Como o espaço é resultado dos movimentos de mudança que são traçados e trançados pelas diversas instâncias da sociedade em cada momento, ele se apresenta como história, como uma totalidade. Desse modo, posto que a realidade é movimento, é necessário que o nosso pensamento também se ponha em movimento numa “estrutura teórica dinâmica”, buscando acompanhar, pelo menos mais de perto, a realidade. Nosso trabalho se propõe a entender e explicar, tomando a referência do território cearense, como o espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração, mediante diversos momentos de *reestruturação socioespacial*, conceito discutido a seguir.

Da totalidade e das partes estruturadas: a elaboração do conceito

Entender o espaço como uma totalidade, implica que se faça um esforço metodológico de fragmentar esse todo – análise – para posteriormente reconstituí-lo – síntese, como ensina Santos (1985, p. 7): “a noção de espaço como uma totalidade se impõe de maneira mais evidente, porque mais presente; e pelo fato de resultar mais intrincada, torna-se mais exigente de análise”. A organização dos elementos do espaço, que atua hierarquizando-os, nos dá o nexo das ordens que partem dos diversos atores, em diversas escalas, e delinea os “territórios do mandar” e os “territórios do fazer”, de modo que o papel regulador das funções locais tende progressivamente a escapar da sociedade local. Essa regra de método evidencia novamente a importância de se considerar o contexto dos fenômenos analisados.

Como o espaço geográfico é o pergaminho onde o homem escreve sua história, as diferentes fases por que passa cada sociedade são marcadas pela implantação de sistemas de engenharia para a realização de sua produção e condições de vida. Esses sistemas são soerguidos ou são renovados utilizando criações do passado, vivificando o trabalho morto. Neles, a sociedade do presente realiza seu modo de vida, agora obedecendo a unicidade do mundo. À medida que a ordem global se transforma com novas modalidades de funcionamento, cada lugar há de adequar suas condições para poder participar do conjunto maior. Só assim, as partes se agregam, de forma coerente e obediente, à totalidade. No carrilhão dessa dinâmica se dá, como exigência da realidade, a reestruturação socioespacial.

No bojo dessa discussão, a contribuição de Soja (1993) indica a dinâmica da produção e reorganização do espaço:

[...] a reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoroamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição... (p. 193).

Nessa acepção, a reestruturação seria uma seqüência de quebra/ruptura no desenvolvimento do conjunto das relações sociais de produção, como resposta às crises do sistema. Essa abordagem teórica auxilia no entendimento dos processos de transformação do espaço e da sua respectiva sociedade em cada período histórico, considerando o sistema global, ou seja, a totalidade.

Para Mandel (1982), a reestruturação acontece como mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista, criando novas estratégias de alcançar superlucros, seja pela diferenciação espacial (regional ou internacional), seja pelo desenvolvimento setorial desigual. Segundo Mandel, haveria uma:

[...] periodicidade da modernização intensificada a uma série de reestruturações geográficas, similarmente caracterizadas pela tentativa de recuperar as condições de sustentação da acumulação capitalista lucrativa e do controle da mão-de-obra (MANDEL, 1982, p. 38)

Esse autor aponta como o espaço é usado, ainda que de modo diferenciado, dentro do modelo excludente e geograficamente desigual na espacialidade capitalista. Além disso, assinala que cada novo ciclo sobrepõe-se ao velho como uma camada, preservando os resíduos. Essa idéia reforça o pensamento de que as diversas reestruturações socioespaciais dotariam cada espaço ou subespaço da característica de ser um *palimpsesto*², discussão também já feita por David Harvey analisando a evolução dos territórios urbanos.

O conjunto da obra de Milton Santos, ainda que não explicita a expressão reestruturação socioespacial, trabalha a teoria de que as mudanças relacionais entre os componentes do espaço (sociedade e configuração territorial) caracteriza os movimentos de reestruturação (mudanças) seguindo lógicas internas a cada período histórico de um espaço, conforme se verifica quando afirma que “a configuração territorial, conjunto de dados naturais modificados pela ação consciente do homem mediante sucessivos sistemas de engenharia, e a dinâmica social, relação que define a sociedade em dado momento histórico” (SANTOS, 1988, p. 111). A idéia trabalhada por Santos reforça o entendimento de que a ruptura/quebra da lógica relativamente estável que rege cada período de um espaço implica na necessidade de esta lógica se reconstituir a partir da anterior, embora absorvendo novos componentes, caracterizantes do novo período.

No conjunto dos autores que tem contribuído com as reflexões acerca dos movimentos de reestruturação socioespacial, desponta o trabalho de Moreira (2001; 2002). Este autor busca desenvolver uma teoria para explicação dos processos de reestruturação no Brasil, relacionando-os aos movimentos da totalidade-mundo. Sustenta que a reestruturação é responsável pela constante renovação dos espaços ao longo do processo de construção geográfica das sociedades³, culminando em sua 3ª fase (desdobramento), quando as lógicas e determinações precisam ser modificadas para dar continuidade à formação de cada novo espaço social. Nesse sentido, enfatiza:

A construção geográfica das sociedades é um processo dinâmico. A paisagem por seletividade se monta, seu arranjo por agregação de práticas se estrutura e esta armadura ganha peso e movimento, até que um ciclo de reestruturação a refaz. Então, ao fim e ao cabo, “todo o equilíbrio espacial da sociedade encontra-se modificado”. (MOREIRA, 2001, p. 38)

Estudando a reestruturação como passagem de um modelo espaço-tempo (modelos históricos, modelos de acumulação e modo de desenvolvimento) a um outro, Moreira sustenta que a atual reestruturação traz a novidade da convergência dos quatro modelos (modelo histórico mundial, modelo histórico brasileiro, modelo de acumulação mundial e modelo de acumulação brasileiro) no que está se configurando como modelo de acumulação financeira, conforme se observa em seu discurso:

Uma vez que a hipótese que seguimos é a da simultaneidade de esgotamento de conjunto dos quatro modelos, a reestruturação, para lá do modelo produtivo, estaria significando uma reestruturação mais ampla, revolvendo todas as escalas de espaço-tempo que até aqui estudamos. Altera a relação entre o público e o privado; mexe com a estrutura e perfil do Estado e sua relação histórica com a sociedade civil; sugere uma reestruturação do próprio modelo histórico capitalista, etc. (MOREIRA, 2002, p. 09)

Os textos de Ruy Moreira propõem uma periodização para o mundo e para o Brasil, segundo os modelos históricos, os modelos de acumulação e os modos de desenvolvimento⁴. Analisando o período atual, Moreira pontua que:

A reestruturação [atual] é o processo de reorganização global da sociedade capitalista decorrente do esgotamento do seu ciclo de desenvolvimento industrial e da emergência das necessidades da acumulação financeira que ultrapassa e substitui o ciclo industrial na história. (MOREIRA, 2002, p. 13, grifo nosso)

O pensamento do autor pode ser sintetizado nas suas palavras:

No geral, reestruturação é, portanto, o reordenamento da relação política-economia que informa todos os modelos. Vale dizer, a recriação, pelo sentido, dos modelos histórico e de acumulação. O que explica ter por centro de referência os esquemas da regulação. (MOREIRA, 2002)

Por seu turno, Lencioni (1998) discute o conceito desde sua origem etimológica e suas diferentes apropriações no âmbito de abordagens estruturalistas e dialéticas. A autora ressalta a idéia de movimento e de crise constantes, que imbricam permanências e mudanças:

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas tem um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio intermitente é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento (LENCIONI, 1998, p. 6)

No nosso entender, o conceito de *reestruturação socioespacial* pode dar conta dos imbricados processos de mudança amalgamados na sociedade que se (re) produz e se materializa no território. Corresponderia, pois, aos momentos de ruptura e reorganização do espaço e da sociedade, que marcam o movimento de evolução de um território. Este é, precisamente, o fundamento teórico-metodológico no desenvolvimento desta pesquisa.

Entendemos que a reestruturação socioespacial ultrapassa a reestruturação produtiva, tão estudada no período atual, pois as transformações amalgamadas no processo que chamamos de reestruturação socioespacial são mais do que uma mudança de regulação produtiva, mas implicam mudanças nas regulações políticas, ideológicas e culturais, enfim, mudanças sociais. Segundo nosso pensamento, a reestruturação produtiva é apenas o início do processo de reestruturação

socioespacial, resultando numa de suas mais destacadas facetas, porém não a única. Ao que parece, Moreira (2002) corrobora nosso entendimento desse conceito ao pontuar que:

A reestruturação produtiva refere-se à nova regra de regulação do trabalho no âmbito das fábricas, que consiste na troca das normas fordistas pelas normas toyotistas de organização. A reestruturação industrial remete às inovações tecnológicas da terceira revolução industrial. Desse ponto de vista, a reestruturação pode ser entendida como o conjunto das trocas de meios técnicos que centram os fabricos nos processamentos da microeletrônica e da informática, isto implicando a implementação das regras de flexibilização da produção e do trabalho da reestruturação produtiva, combinando e confundindo assim reestruturação industrial e reestruturação produtiva. A reestruturação estatal é o conjunto das reformas neoliberais do Estado, cujo exemplo é a transferência do patrimônio público para o poder privado, via privatização das empresas estatais. Por fim, *a reestruturação espacial é o novo ordenamento territorial que emana disso tudo.* (MOREIRA, 2002, p. 12, grifo nosso)

Nossa proposta constitui-se num esforço de contribuir para o entendimento de que a reestruturação deve superar as noções que a interpretam simplesmente como um esquema evolucionista no qual os valores antigos aparecem superados por todas as referências representativas do novo numa superposição mecânica dos fenômenos. É necessário compreendê-la como materialização de lutas entre o novo e o velho. Para tanto, trabalhamos a totalidade de hoje, compreendendo a realidade que nos impõe ordens de viver, sem olvidar o quadro natural e construído com seus bens materiais e imateriais, marcas insubstituíveis da formação socioespacial de determinada sociedade. Parte-se do princípio de que cada novo sistema nasce nas/das entranhas do sistema anterior, o que impõe o imperativo metodológico da periodização.

Um esforço de periodização

Como recurso teórico-metodológico, Santos (1985) entende que se deve proceder a definição de períodos a partir do que chama de modernizações, que, para ele, marcam o ritmo de evolução dos sistemas temporais. Para Santos, os períodos escolhidos em sua análise poderiam até ser chamados de sistemas de modernização, os quais resultam de uma periodização que depende do objetivo do investigador, buscando encontrar “secções de tempo em que, comandado por uma variável significativa, um conjunto de variáveis mantém um certo equilíbrio, uma certa forma de relações” (p. 23). Isso advém da necessidade de um enfoque espaço-temporal, resultante de um esforço de periodização do fenômeno analisado que privilegie as diversas modernizações processadas ao longo do tempo.

Daí ser imprescindível a demarcação do recorte temporal para delimitar a periodicidade da penetração das inovações. Nesse exercício metodológico, as periodizações procuram demarcar períodos ou regimes – “o pedaço de tempo ou duração, no qual, em torno de dado tipo e forma de produção, formas materiais e não materiais de vida se mantêm mutuamente integradas com o processo produtivo” (SANTOS, 1985, p. 73). A definição de períodos permite posteriormente identificar os momentos de reestruturação socioespacial, conforme contribuição de Santos (idem, p.73):

No momento em que essa lógica particular se modifica, seja por evolução interna, seja por impacto externo, dá-se também uma ruptura que acarreta uma mudança de regime, isto é, uma mudança de nexos ou de relação estrutural e funcional entre os componentes e uma alteração da importância relativa dos fatores.

Ora, o aumento de variáveis envolvidas no período leva ao aumento nas distorções no sistema temporal, o que facilita o aparecimento de rupturas (reestruturações) que, por sua vez, dão origem a novos períodos, num espaço de tempo cada vez menor.

Todavia, um estudo que tome as modernizações como critério para a periodização deve atentar para o fato de que a difusão das modernizações, do centro para a periferia, não se dá de forma homogênea, mas seletiva e de acordo com as especificidades de cada território. Destarte, há diferentes absorções de impactos exógenos das inovações, impondo o exercício de identificar os movimentos do novo e do velho. Nisso se assenta a explicação de que a (re) elaboração dos subespaços se daria como num processo químico, uma verdadeira combinação, da qual resulta sua especificidade.

Nessa construção, é basilar que o espaço seja entendido em sua formação, enquanto superposição de sistemas temporais (o que chamamos de palimpsestos), ou seja, como uma verdadeira acumulação desigual de tempos, cuja explicação ultrapassa as formas atuais e exige que se considere o contexto, que nos dá a função, a estrutura e o processo.

A crise como categoria central da reestruturação socioespacial

O trabalho de Moreira (2002) apresenta a discussão *A crise dos modelos e o conceito de reestruturação* como um de seus tópicos. Segundo o autor, seria a crise (que ele também chama nesse texto de *esgotamento*) dos modelos que comandaria a marcha das reestruturações. Cada modelo seria presidido pelos grandes arcos de hegemonia caracterizantes de cada período (modelo espaço-tempo) e o momento de desequilíbrio dessa hegemonia e a tentativa de sua redefinição constituiria a crise e a conseqüente reestruturação, recomeçando as fases constitutivas da construção espacial da sociedade – da montagem, do desenvolvimento e do desdobramento (MOREIRA, 2001; 2002).

Já Santos (1994) afirma que, como ainda não se completou inteiramente o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional, estaríamos vivendo, a um só tempo, um período e uma *crise*. Isso revela o entendimento do autor de que crise seria um momento ou processo de transição de um período a outro.

Segundo Schumpeter (1997, caps. 2 e 6), a crise, que ele também chama de ciclo econômico (cf. nota 69 em SCHUMPETER, 1997, p. 74), seria o mecanismo ou processo pelo qual a vida econômica se adapta a novas condições. Retomando os estudos das ondas longas de Kondratieff, o autor assinala que as crises são elementos ou, pelo menos, componentes regulares, se não necessários, de um movimento em forma de onda que alterna períodos de prosperidade e depressão, que têm permeado a vida econômica desde o início da era capitalista.

Por sua vez, Ignácio Rangel (1981), em sua análise marxista radical da sociedade brasileira, cria um conceito singular de dualidade, subdividindo o conceito marxista de relações de produção em relações internas e relações externas. Essas relações na “concepção rangeliana” são denominadas de pólo interno e pólo externo. Cada pólo é composto por um lado interno e um lado externo. Para entender a formação da sociedade dual brasileira, o autor trabalha as cinco “leis da dualidade brasileira” (RANGEL, 1981, p. 12), que tem seu nexu explicativo na idéia de crise⁵, que, segundo ele, se daria em apenas um dos dois pólos da dualidade (o mais antigo de cada dualidade), alternadamente o pólo interno e o pólo externo. Julgamos que a nossa idéia de *palimpsesto* subjaz à sua tese, na medida em que sustenta que o pólo da dualidade não modificado pelo impacto externo, advindo das inovações que partem do centro dinâmico do sistema, *guarda sua estrutura e integra-se à nova dualidade*, formando sucessivamente diferentes uniões dialéticas dos contrários.

Em nossa proposta teórico-metodológica, a crise aparece como categoria central, na medida em que se apresenta como momento de transição de um período a outro, ou seja, é a crise que exige a reestruturação socioespacial. A palavra *krísis* em grego significa o *momento decisivo*. A crise, em nosso entendimento, para além das reflexões que só dão conta das crises econômicas, é algo que se interpõe no orgânico, criando uma ruptura, um desarranjo. É justamente esse desarranjo que exige novos elementos, os quais são incorporados no processo de reestruturação. A crise como categoria do método geográfico está sendo entendida à luz da dialética, que pode ser grosseiramente resumida no esquema tese-antítese-síntese: a crise se dá no momento da contradição entre tese e antítese, ao passo que na síntese, tem-se a superação da crise, estabilizando-se e preparando o movimento para entrar novamente em crise. Nesse sentido, pode-se dizer que a crise é o momento em que há uma luta de sobrevivência entre o velho e o novo. É por isso que essa categoria nos permite afirmar que cada sistema produtivo forja as condições para o seguinte, a partir da reorganização dos elementos que entraram em crise.

Propõe-se que cada período ou sistema temporal seja presidido pela articulação dialética entre dois subsistemas: 1) o dos fatos concretos, da matriz tecnológica, da materialidade, o *subsistema produtivo*; e 2) o dos aspectos culturais, da imaterialidade, o *subsistema normativo*. Como o subsistema normativo é mais lento que o produtivo, na medida em que essas temporalidades distanciam-se muito, ocorre a crise, como resultado do descompasso entre os elementos da interação.

O caso do território do Ceará, Brasil

Como fragmentos do conjunto mundial, os países se reorganizam para o período histórico tecido no último meio século. Apesar do esforço da reengenharia governamental nas décadas de 1960 a 1980, somente nas duas últimas décadas o Brasil agregou-se ao concerto universal, diante da permissão da entrada das inovações, com fortes abalos na organização produtiva e socioespacial.

Sob essa nova lógica de reorganização dos territórios, o espaço cearense redefine-se de modo significativo, impondo aos pesquisadores o esforço de contribuir com a construção teórico-metodológica do conceito de *reestruturação socioespacial*⁶.

Conforme as pesquisas preliminares desenvolvidas e em andamento, a atual reestruturação socioespacial do Ceará evidencia-se marcada por políticas territoriais, de cunho modernizante, racional e tecnificador, privilegiando as metamorfoses do espaço para adequá-lo às exigências da atração de investimentos nacionais e internacionais, sobretudo privados. Essas absorções de investimentos, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, entram no processo de adequação socioespacial.

Conforme Quintiliano e Lima (2008), a década de 1990 apresenta-se como período de grande intensidade na implantação de novos objetos espaciais e modernas/modernizantes políticas territoriais no Ceará. Os investimentos públicos e privados ampliaram os contrastes espaciais e sociais, através de planejamentos voltados aos territórios que facilitam a reprodução do capital. Nessa perspectiva, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e Litoral, Baixo e Médio Jaguaribe, Vale do Acaraú e municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (CRAJUBAR) são considerados territórios seletos, pontos luminosos⁷ (SANTOS, 2001) ou subespaços dinâmicos, receptores de investimentos públicos e privados (SANTOS, E. e LIMA, 2007).

Como hipótese de trabalho, sustentamos que na esteira das ações voltadas à modernização do território cearense, há três eixos estruturantes das políticas territoriais, cuja conexão se dá pelos serviços modernos: (a) promoção do turismo, (b) atração e interiorização de

indústrias e (c) instalação de infra-estruturas voltadas à dinâmica da agricultura empresarial – principalmente as que utilizam modernas técnicas e conhecimento científico. Nisso se assenta a dinâmica dos serviços modernos como partícipe da reestruturação socioespacial do Ceará.

NEXOS DOS TERRITÓRIOS EM REDE E OS SERVIÇOS MODERNOS

A construção teórico-metodológica desta pesquisa, tendo como fundamento o conceito de reestruturação socioespacial, levou-nos ao entendimento de que para trabalharmos o recorte temático dos *serviços modernos em subespaços dinâmicos* teríamos que trazer a discussão dos conceitos de *território, rede e serviços modernos*.

Tomamos como ponto de partida a análise do território, conjugado em base de sistema de objetos. Assim, o território analisado assume o caráter de território reestruturado, com múltiplas mudanças sociais e espaciais, à medida que ele agrega técnicas e redes do presente. Em uma primeira aproximação conceitual, lembramos com Milton Santos (2002, p.10) que:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Essa proposição é ratificada com a idéia sustentada por Souza (1995, p.78-79) de que o território deva ser apreendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Poder, identidade e exercício de vida são conceitos destacados que se agregam para a construção do entendimento do território estudado, onde se forjem dominadores seculares, cultura e lutas sociais. Na atual modernidade, essas conceituações se fortalecem e se revelam mais transparentes com os feixes de inovações, indutoras de metamorfoses do espaço, captando novas formas de organização de sistemas técnicos.

No bojo das aceleradas transformações por que passam os territórios na atualidade, emergem as *redes*. Com a ampliação e maior densidade das redes que se formaram a partir das crises e da revolução tecnológica que marcaram a década de 1970, a divisão territorial do trabalho muda de conteúdo, pois se delineiam novas e mais complexas geometrias de poder em todas as escalas. Segundo Santos (1996), a chave para o entendimento das redes é enxergá-las como realidade social e técnica ao mesmo tempo. Para esse autor, “as redes não prescindem de fixos – que constituem suas bases técnicas – mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas” (1996, p. 221). É desse modo que as redes atuam no sentido de unificar e integrar os territórios verticalmente, modificando tanto a divisão social do trabalho, que reparte, e a cooperação, que unifica.

Servindo-se das informações geográficas, os atores hegemônicos valorizam o espaço reticular em detrimento do espaço banal, de modo que estaríamos diante de um território nacional da economia internacional, forjando-se, portanto, novas e mais complexas territorialidades. Nesse contexto, fala-se em “gestão externa dos territórios”, em “não-lugares”, em “capitalismo sem fronteiras”, em “anulação do espaço pelo tempo” etc., ignorando-se, todavia, que o movimento da realidade globalizada atual não se faz de igual modo em todos os lugares e para todos os atores, pelo contrário, aprofunda as desigualdades em seu movimento seletivo.

Nesse contexto, o período atual – o dos *territórios reticulares* – é marcado pela imbricação e interpenetração dos setores econômicos, tomando o setor terciário destacada função de elo no sistema produtivo.

O arcabouço teórico e conceitual para a explicação da reestruturação socioespacial, a partir da dinâmica dos serviços, encontra-se em construção, enfrentando as dificuldades inerentes aos estudos que buscam explicar o presente. Desse modo, numa proposta em construção, por isso submetida ao debate, definimos como *serviços modernos*, a partir da abordagem espacial, aqueles capazes de fluidificar e conectar o território aos ditames da reprodução ampliada do capital na atualidade, tornando-o poroso às ações dos atores hegemônicos representados, sobretudo, por grandes empresas e pelo Estado (SANTOS, E. e LIMA, 2008). Os serviços modernos, em nossa pesquisa, são entendidos pelos seus nexos de comando. A principal propriedade dos serviços modernos seria a conectividade, tanto a espacial (interligação dos territórios em múltiplas escalas) quanto a setorial (imbricação dos setores econômicos).

A chave para definição e explicação dos serviços modernos em nossa proposta é a tecnologia, que condiciona a capacidade dos fluxos dos condutos nos diferentes territórios, segundo diversas escalas. Consideramos serviços modernos a ampla gama de serviços de informação, as funções de gestão, administração, segurança, saúde, educação especializada e capacitação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento (P&D), telecomunicações, telemática, marketing, comércio internacional, assessoria e consultoria, turismo, dentre outros. Essa definição corroborou no processo de escolha das variáveis de análise do nosso objeto de estudo (cf. tabela 1). Para Castells (1999), o nexos explicativo no conceito de serviços modernos estaria no cerne da geração do conhecimento e dos fluxos de informação.

O recorte temporal adotado abarca as transformações a partir da década de 1990, sem, no entanto, desconsiderar o movimento histórico próprio da evolução espacial, pois como considera Santos (1985) o espaço, “considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (p. 22). Observando a periodicidade da penetração das inovações, entendemos que a reestruturação socioespacial viabilizada, entre outros fatores, pela dinâmica dos serviços modernos, deve encontrar sua explicação tomando-se a referência da década de 1990 e início do século XXI – o que, na fase inicial da nossa proposta de periodização para a evolução da formação socioespacial do Ceará, conforma a quarta reestruturação socioespacial.

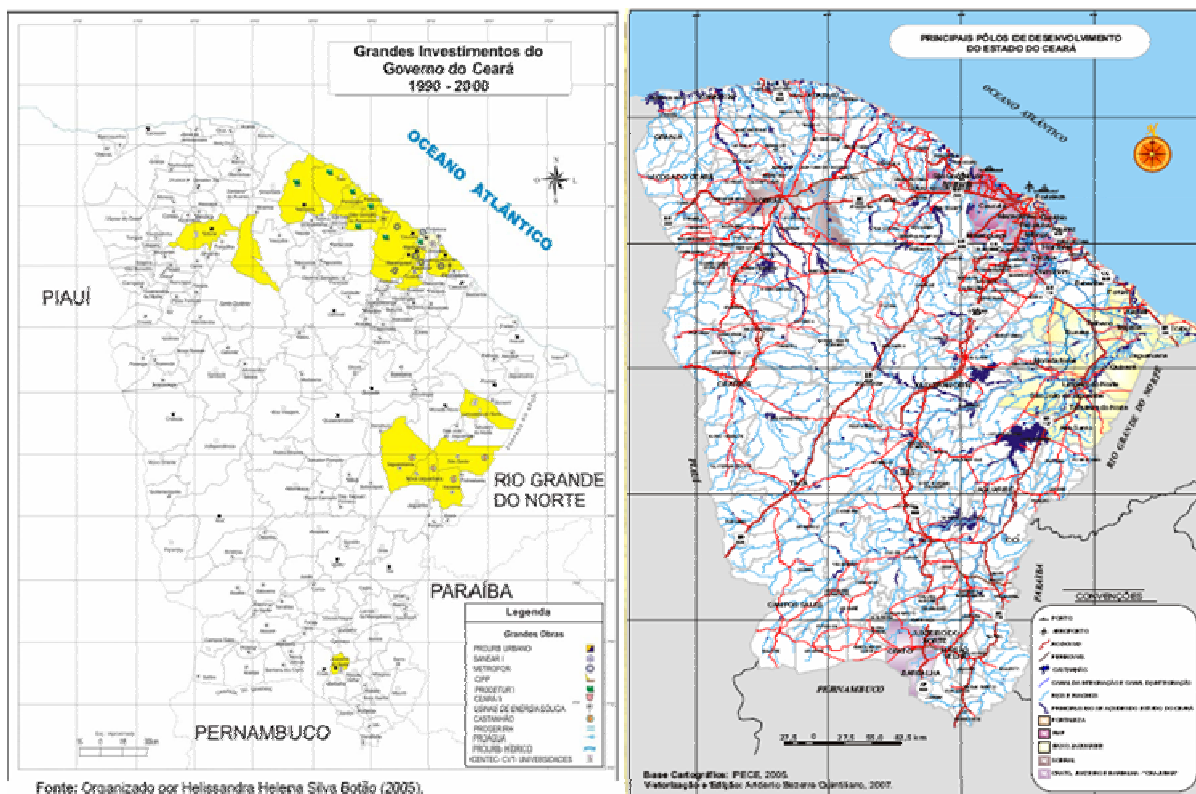
Trabalhamos com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais-RAIS)⁸. Como recurso metodológico, após sucessivas discussões, chegamos a uma definição preliminar, visando iniciar o esforço de análise, processo no qual seriam realizados os ajustes evidenciados pela realidade em foco. Com base em estudos anteriores (BOTÃO, 2005; ELIAS, 2005; LIMA, 2006; QUINTILIANO, 2008) sobre a atual realidade do Ceará, correlacionamos as atividades econômicas que mais se aproximam do objeto em estudo, tomando em referência as *divisões da CNAE*, pois essas viabilizam o recorte das atividades mais expressivas e representativas para tentar explicar as condições do espaço cearense dos últimos anos. Dessas divisões, foram consideradas treze (cf. tabela 1), de maior expressão na vida social e econômica em diferentes regiões do estado. A partir dessa definição, iniciamos o processo de tratamento dos dados, destacando os subespaços dinâmicos do Ceará: (a) Região Metropolitana de Fortaleza, (b) Baixo e Médio Jaguaribe, (c) Vale do Acaraú e (d) municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (que se convencionou chamar CRAJUBAR)⁹.

SERVIÇOS MODERNOS NOS SUBESPAÇOS DINÂMICOS DO CEARÁ: UM ESFORÇO ANALÍTICO INICIAL

De acordo com Santos (1985), as modernizações características de cada sistema temporal difundem-se do centro para a periferia, em movimento dialético, por isso contraditório, encontrando respostas diferentes em cada subespaço, dado o caráter modificador dos impactos segundo as especificidades do lugar. Daí delineiam-se diferentes graus de absorção das

modernizações, implicando em defasagens. Além disso, aparece outro complicador na análise da difusão das modernizações: a diferenciação entre países e a diferenciação dentro dos países. Nisso se assenta a dificuldade de se definir o moderno em cada subespaço, constituindo-se num exercício de método que seja capaz de abarcar as nuances desses dois tipos de diferenciação. Isso é aplicado no caso de análise dos serviços modernos no Ceará. Pode-se observar que a difusão de modernizações, no movimento de diferenciação interna que engendra, acaba por criar pólos internos, que passam a desempenhar funções especializadas, culminando numa hierarquia funcional. De certa forma, haveria uma estreita relação entre modernização, especialização e polarização, a primeira condicionando a segunda e a segunda a terceira, embora às vezes o movimento possa ser outro. Essa discussão, em nosso entender, também pode ser aplicada a subespaços dotados de especificidades que lhe garantem certa unidade e autonomia (relativas). Este seria exatamente o caso do Ceará, nosso objeto de análise.

Conforme discutiram Santos. E. e Lima (2007), com a ascendência das últimas gestões governamentais (1987-2001), o espaço ganha destaque como elemento de poder fundamental e as políticas públicas mais significativas mostram um caráter territorial. No cerne desse processo de aceleradas mudanças socioespaciais, encontra-se o imperativo de repensar o desenvolvimento regional do Ceará. A nova regionalização administrativa se estrutura em torno de pólos de maior dinamismo, fundada na lógica de seletividade dos territórios, reforçando os subespaços dinâmicos historicamente construídos na formação socioespacial cearense, entre os quais se destacam Região Metropolitana de Fortaleza, Baixo e Médio Jaguaribe, Vale do Acaraú e municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (CRAJUBAR). Para verificar esta polarização no Ceará, tomemos os mapas a seguir. No primeiro mapa, Botão (2005) espacializa as grandes obras estatais no território cearense na década de 1990, deixando clara a seletividade desses investimentos em subespaços dinâmicos. No segundo mapa, Quintiliano (2008) assinala esses mesmos conjuntos territoriais do estado, permitindo detectar que as próprias vias de circulação mais importantes/estruturantes na dinamização do território, delinham uma rede que conecta esses quatro pólos.



O projeto de modernização do território cearense, levado a efeito pela liderança política neoliberal dos últimos vinte anos, associada aos interesses privados, optou claramente por uma

integração excludente do território cearense ao sistema-mundo: integrou-se apenas o “Ceará moderno” ao mundo globalizado. Desse modo, os subespaços dinâmicos agregaram serviços modernos – além dos terciários banais e primitivos¹⁰ – que acabaram ampliando as desigualdades já existentes no território cearense. Esses serviços ligam-se aos ditames da economia-mundo, atuando nos territórios seletos do Ceará de forma a internalizar o novo, caracterizando-se como vetor de entropia que traz as verticalidades tanto na indústria moderna, informatizada, quanto na agricultura científica¹¹, tecnicizada. Nesse sentido, retomamos o pensamento de Santos:

Afinal, os mecanismos de mercado aparecem triunfantes, trazendo o novo e conservando o velho, em função dos ditames da produção, impondo o externo ao interno nos setores onde isso lhes convém e arrastando o Estado para a órbita dos interesses privados. A internalização do externo, a renovação do antigo a serviço das forças de mercado não seria possível sem o apoio, ainda que não deliberado, do Estado. (SANTOS, 1985, p. 80)

De posse das planilhas com dados para o Ceará e o Nordeste, a análise quantitativa, cotejada com as reflexões qualitativas da realidade do espaço cearense, conduziram à identificação de grande polarização e concentração das atividades de serviços modernos nos subespaços dinâmicos assinalados.

Segundo informações obtidas pelos dados da RAIS, de 2005, o Ceará contava com 19.665 estabelecimentos que executavam as mais diversas atividades ligadas aos serviços¹² (o que corresponde a 34,8% de todos os estabelecimentos), respondendo por um estoque de 552.992 empregos formais. Deste universo, 10.863 eram estabelecimentos com atividades de serviços modernos com base na relação de atividades apontadas pela literatura especializada, o que corresponde a aproximadamente 55,2% do total de estabelecimentos de serviços. Os estabelecimentos de serviços modernos respondiam por 464.530 empregos formais (84% dos empregos em serviços). Esses dados já revelam que os serviços modernos tomam vulto a partir da última década do século XX, atendendo ao quadro de transformações mundiais, que são exigentes de fluidez e conexão.

Na comparação com a Região Nordeste, o Ceará aparece em terceiro lugar quanto ao número de estabelecimentos de serviços modernos em quase todas as atividades analisadas, à exceção do número de estabelecimentos de serviços de Pesquisa e Desenvolvimento, no qual assume a segunda posição e do número de estabelecimentos de Serviços de Administração pública, defesa e seguridade social, no qual assume a quarta posição.

Outra variável importante diz respeito ao porte dos estabelecimentos de serviços modernos no Ceará, que pode nos fornecer pistas no tocante às exigências de fluidez em cada subespaço, caracterizando sua densidade reticular, e às relações que mantêm com a dinâmica social que se reproduz em cada território. Verificamos no território cearense a tendência de apresentar estabelecimentos de serviços de pequeno porte, mantendo-se até mesmo nos pólos, embora o número de estabelecimentos de grande porte cresça consideravelmente neles. Os serviços modernos que detêm o maior número de estabelecimentos de grande porte são os de *Administração, defesa e seguridade social* e os de *Serviços prestados principalmente às empresas*. Observa-se que esses dois tipos de serviços respondem às necessidades da reestruturação de um território, cuja trama se processa sob a égide de nova lógica empresarial de gestão/controlado.

De acordo com os dados espacializados segundo a polarização verificada no desenvolvimento da pesquisa, observa-se que a RMF concentra, fortemente, todos os tipos de estabelecimentos considerados nessa análise, fato que aponta para a expressiva macrocefalia desenvolvida pela capital, Fortaleza, cuja concentração relativa é ainda maior que a RMF como um todo.

A tabela 1 traz os números para todo o Ceará, revelando a concentração nos subespaços dinâmicos, permitindo detectar que os serviços modernos cumprem o papel de conectar espacial e setorialmente o território reticular que se forjou no Ceará.

Tabela 1 - Evolução do número de estabelecimentos de serviços modernos nos subespaços dinâmicos do Ceará (1995-2005)

Atividades de serviços modernos	Subespaços dinâmicos e opacos no território cearense											
	RMF		Baixo e Médio Jaguaribe		Vale do Acaraú		CRAJUBAR		Demais municípios		Total	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	320	276	47	97	13	42	18	31	186	291	584	737
Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem	158	368	0	2	2	8	4	21	4	26	168	425
Correio e telecomunicações	126	166	16	16	10	12	17	11	145	152	314	357
Intermediação financeira	266	315	27	26	18	19	25	27	136	176	472	563
Seguros e previdência complementar	56	88	2	2	1	4	3	4	4	8	66	106
Atividades auxiliares da intermediação financeira, seguros e prev.complementar	60	115	0	2	0	5	1	7	2	1	63	130
Atividades de informática e serviços relacionados	148	296	0	3	0	5	15	14	3	23	166	341
Pesquisa e desenvolvimento	7	11	0	0	1	2	0	2	0	0	8	15
Serviços prestados principalmente às empresas	1.130	2.118	17	48	35	69	51	105	56	244	1.289	2584
Administração pública, defesa e seguridade social	137	143	20	34	13	20	9	12	205	267	384	476
Educação	638	1.034	22	34	23	43	45	128	103	222	831	1461
Saúde e serviços sociais	1.058	2.188	33	64	66	113	183	274	195	341	1.535	2980
Atividades recreativas, culturais e desportivas	252	468	10	22	16	25	29	46	52	127	359	688
Total	4.356	7.586	194	350	198	367	400	682	1.091	1.878	6.239	10863

Fonte: Elaboração a partir de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (RAIS, 1995 e 2005)

Além da seletividade que preside a instalação dos serviços modernos nos subespaços dinâmicos e não em todo o território cearense, ainda entre os subespaços dinâmicos, verificam-se diferenciados graus de polarização segundo cada tipo de serviço. Uma análise da totalidade, porém, pode apontar que a RMF concentra todos os tipos de serviços, atuando como nó de todos os fluxos conectados pelas redes do território cearense com os espaços nacional e internacional. Em segundo lugar, destaca-se o CRAJUBAR, principalmente nos estabelecimentos de *Serviços prestados principalmente às empresas*, *Educação* e *Saúde e serviços sociais*, os quais são “serviços-chave” na dinamização de um território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contemporaneidade caracteriza-se pelo aumento das redes e das conexões, como resposta à divisão do trabalho que se amplia e aprofunda, acompanhando as mudanças no conteúdo material e social dos territórios. Corroboramos com o pensamento de que a terciarização da economia é uma das conseqüências mais evidentes das novas exigências científicas e técnicas (SANTOS, 1985, p. 42), posto que os serviços, principalmente os modernos, atuam como verdadeiros elos do sistema produtivo. Na esteira dessas transformações, os serviços modernos despontam como signo da conectividade espacial e setorial. Vivenciamos, pois, o período do espaço

da conectividade, espaço reticular, o que está no cerne dos processos de reestruturação socioespacial, cuja explicação exige que se deslindem os nexos espaciais dos serviços nos subespaços dinâmicos.

No amplo espectro dos espaços que evidenciam essa realidade, nossas reflexões buscaram dar conta de um subespaço nacional – o Ceará. Nesse caminho, verificamos que a última década do século XX marca a inserção do Ceará, antes tido como “espaço neutro”, no conjunto dos “espaços operacionais” da ordem global, com a reestruturação de seu espaço. Este conjunto articulado tece as condições históricas para a intensificação da polarização e especialização dos territórios no Ceará, com a constituição de subespaços dinâmicos, os quais passam a ser conectados pelos serviços modernos.

Como conclusão preliminar, constatamos desigual volume de serviços alocados nos pólos especializados e nas pequenas cidades do interior do Ceará face à constituição de um dissimétrico e hierarquizado espaço. Posto que a modernização do território cearense se processou com base na seletividade, os espaços com maior densidade técnica e informacional transformaram-se significativamente, ampliando e aprofundando as desigualdades já existentes. A seletividade, destacado componente de diferenciação dos territórios, direcionou a difusão das infra-estruturas necessárias à fluidez, fazendo-se acompanhar pelo movimento de implantação de estabelecimentos de atividades de serviços modernos. Desse modo, verificamos que há a superposição de diversas polarizações (agropólos, pólos industriais, pólos turísticos), delineando um espaço reticular cada vez mais desigual, seletivo e concentrador no Ceará.

Referências bibliográficas

BOTÃO, Helissandra Helena Silva. **Açude Público Castanhão (CE) como força reestruturadora**: a dinâmica territorial. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2005. 155p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzacchiello da; *et al* (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005. p. 429-461.

JIMÉNEZ, Antonio Moreno e UTRILLA, Severino Escolano. **Los Servicios y el territorio**, serie general nº 19, editorial síntesis, 1992. (colección Espacios y Sociedades).

LENCIONI, Sandra . Reestruturação. Uma Noção Fundamental para o Estudo das Transformações e Dinâmicas Metropolitanas. In: VI Encontro de Geógrafos da América Latina, 1998, Buenos Aires. **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, 1998.

LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação socioespacial**: do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica. São Paulo: Annablume, 2006.

_____, SANTOS, Elizete de Oliveira. **Evolução dos Modernos Serviços de Informações Geográficas**: Rebatimentos Territoriais. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

LIMA, Luiz Cruz; QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; FREITAS, Bernadete Maria Coelho; SANTOS, Elizete de Oliveira; SILVA, Francisco Antônio Carneiro; VASCONCELOS, Tereza Sandra Loiola. Reestruturação socioespacial do Ceará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Pára por uma AGB em Movimento...**São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.

- MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MATTOS, Carlos A. de. Modernización capitalista y transformación metropolitana em América Latina: cinco tendencias constitutivas. In LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. **América Latina**: cidade, campo e turismo. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 41-73.
- MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação. In revista **GEOgraphia**, ano IV, no. 7. Niterói: PPGeo, 2002.
- _____. As categorias espaciais da construção geográfica da sociedade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro- Niterói, v. 3, n. 5, p. 15-42, 2001.
- QUINTILIANO, Aridenio Bezerra; LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: Ações do Estado**. Fortaleza: EdUECE, 2008.
- QUINTILIANO, Aridenio Bezerra. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: Estado, Política e Sociedade**. 2008. 181f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.
- RANGEL, Ignácio. História da dualidade brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 05-34, 1981.
- SANTOS, Elizete de Oliveira e LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial do Ceará: os CENTEC's e os CVT's como agentes transformadores do Estado**. Fortaleza: UECE, 2007. Relatório de Pesquisa, 2007. 143 p.
- _____. Reestruturação socioespacial do Ceará: uma contribuição a partir da análise da dinâmica dos serviços modernos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo. **Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos: O Espaço Não Para por uma AGB em Movimento...** São Paulo: USP, 2008. 1 CD-ROM.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).
- _____. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.
- _____. **Por uma outra globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Ed. Record, RJ. 2001.
- _____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p. 17-38.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Arquivo digital). Acesso em: 10 nov. 2008. Disponível em http://www.4shared.com/file/32394233/fdacc520/Joseph_Alois_Schumpeter_-_Teoria_do_Desenvolvimento_Economico.html?s=1
- SOJA, E. W. A. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. 2. ed. Tradução: Vera Ribeiro, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 1993. 324p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de et al.(Orgs). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ. 1995.

¹ As cinco tendências identificadas pelo autor são: (1) Nova arquitetura produtiva baseada em empresas organizadas em rede; (2) Desestruturação-reestruturação dos regimes trabalhistas, com a precarização do trabalho e graves impactos sociais; (3) Aumento do papel da mais-valia urbana e a força dos negócios imobiliários; (4) Alterações na morfologia urbana (periurbanização e policentralização) como resultado da imbricação da difusão de novas tecnologias de informação e comunicação e da explosão de mobilidade, ampliando o campo metropolitano; (5) Estandarização da paisagem urbana da cidade globalizada.

² O palimpsesto é um antigo material de escrita, principalmente o pergaminho, usado, em razão de sua escassez ou alto preço, duas ou três vezes, mediante raspagem do texto anterior. Desse modo, é um manuscrito sob cujo texto se descobre a escrita ou escritas anteriores. Em nosso texto, toma o sentido de superposição, preservando as características anteriores ao mesmo tempo em que se reveste das novas.

³ Sobre a construção geográfica das sociedades, o autor sustenta que “Três fases seqüenciam-se nesse processo [de construção geográfica da sociedade]: da montagem, relacionada à prática da seletividade; do desenvolvimento, relacionada às práticas da tecnificação, diversidade, unidade, tensão (localização x distribuição), negatividade (unidade x diversidade, homogenia x heterogenia, identidade x diferença), hegemonia, recortamento, escala e reproduzibilidade; e do desdobramento, relacionada às práticas da mobilidade, compressão, urbanização, fluidificação, hibridismo e sócio-densificação. Um processo que se reinicia pelo movimento permanente de reestruturação.” (MOREIRA, 2001, p. 15, grifo nosso).

⁴ Para o Brasil, o autor identifica quatro modelos de acumulação, engendrados como resposta ao modelo histórico brasileiro, que, por sua vez, respondia ao modelo histórico mundial: 1) modelo de acumulação agro-mercantil escravista; 2) modelo de acumulação primitiva interna proto-industrial; 3) modelo de acumulação industrial e 4) modelo de acumulação financeira.

⁵ Entendida como transição entre estágios de desenvolvimento dos modos de produção.

⁶ Nesse sentido, o Grupo de Pesquisa Sistemas Técnicos e Espaço, vinculado ao CNPq, dentro do Laboratório de Estudos do Território e do Turismo (NETTUR), na UECE, vem trabalhando intensivamente para construir um esboço metodológico, tomando como recorte espacial o território cearense.

⁷ São “[...] aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização” (SANTOS, 2001, p. 264).

⁸ A RAIS é um registro administrativo de periodicidade anual, que contempla 97% do universo do mercado formal do Brasil. A RAIS é subdividida em: (a) *RAIS Estabelecimentos* - estatísticas sobre a natureza jurídica, tipo, tamanho e o estoque de empregos em cada estabelecimento que venha a possuir empregados formais; e (b) *RAIS Trabalhadores* - disponibiliza informações sobre os Empregos enfocando o tipo de vínculo e dados individuais relativos ao sexo, grau de instrução, faixa etária e a nacionalidade da mão-de-obra. Os dados da base RAIS trazem informações sobre os estabelecimentos com estoque de emprego formal no Brasil, adotando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, em sua versão estruturada de forma hierarquizada em quatro níveis: 17 seções, 59 divisões, 223 grupos, 614 classes.

⁹ Em nossa pesquisa, foram considerados os seguintes municípios compondo cada pólo: (a) RMF: Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Maracanaú, Eusébio, Guaiúba, Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte, São Gonçalo do Amarante; (b) Baixo Jaguaribe: Fortim, Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Palhano, Russas, Jaguaruana, Quixeré, Morada Nova, Limoeiro do Norte, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Jaguaribe, Jaguaribara; (c) CRAJUBAR: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha; e (d) Baixo Acaraú: Sobral, Meruoca, Alcântaras, Massapê, Santana do Acaraú, Morrinhos, Marco, Bela Cruz e Acaraú. Assim, totalizam 40 municípios. Esse recorte não é definitivo, mas constitui um esforço inicial de análise, sendo flexível às redefinições postas pela realidade no processo de desenvolvimento da pesquisa.

¹⁰ Esses conceitos são discutidos em Santos (1979)

¹¹ Especialmente na Chapada do Apodi e no Vale do Acaraú, que vem sendo trabalhadas, respectivamente, pelas mestrandas Bernadete Maria Coêlho Freitas e Tereza Sandra Lioila Vasconcelos, no Mestrado Acadêmico em Geografia, sob orientação do Prof. Luiz Cruz Lima.

¹² Não estamos considerando o comércio como serviço, por opção de orientação teórico-metodológica.